

# introdução



*Há que definir um “novo urbanismo”, que não se fundará na fantasia gêmea da ordem e da onipotência. O novo urbanismo colocará em cena a incerteza (...). Um urbanismo capaz de reinventar o espaço psicológico (...). Dado que está fora de controle, o urbano vai converter-se em um novo campo para a imaginação. Este urbanismo redefinido não será apenas uma profissão, mas uma maneira de pensar, cuja ideologia consistirá na aceitação do que existe (KOOLHAAS, 2002: 6).*

**e**is um assunto que interessa: entender o que é Cidade no século 21 sob o ponto de vista de uma Pessoa. Já vimos a cidade ser abordada sob os mais diversos parâmetros: da geografia, da geometria, da história, da economia, da medicina, dos nós e redes, dos mercados globais, da religião, da psicologia, da densidade demográfica, dos fluxos informacionais, dos censos, sensos e dissensos, da poesia. Enfim, uma gama interminável de estudos que procuram apreender uma ideia de cidade.

Este estudo leva em consideração que cada Pessoa é única e sua história particular, seu DNA, suas conexões, os acontecimentos que marcaram sua vida, suas paixões, suas repulsas, sua época, a geografia que habita, suas fantasias, enfim tudo que a compõe constitui uma visão de mundo particular e a cidade que ela é. Leva também em consideração a transformação geral de que somos contemporâneos e que afetou a todas as áreas de conhecimento. É uma tentativa de entrar na fila e dar uma nova definição do que é cidade e pessoa hoje. Isso diz respeito a qualquer pessoa, seja por interesse profissional – porque precisa de informações para elaborar projetos urbanos –, seja por interesse Pessoal – porque quer entender sua época.

Para isso, é necessário que você me acompanhe na suposição de que existe a construção de uma ideia que irá se revelando no decorrer do texto. Apesar dos termos *cidade* e *pessoa* já serem imediatamente identificados, sabemos que diversos nomes podem exprimir um mesmo conceito, que diversos conceitos podem ser expressos pelo mesmo nome, que um vocábulo novo pode ser criado para recortar com mais nitidez o raciocínio que se deseja explicitar, ou ainda, que um termo já banalmente utilizado pode ganhar definição completamente nova, iluminando uma área de entendimento e fornecendo sentido e compreensão para um novo momento do pensamento.

Este livro – resultante de uma tese de doutorado premiada nacionalmente,<sup>1</sup> na área de arquitetura e urbanismo – tem por objetivo apresentar um novo conceito de cidade. Ao tomar como tema *A cidade sou eu*, partimos da polissemia do conceito de

cidade, que é hoje evidenciada por vários autores. Portanto, não fazemos senão nos filiar às várias posições teóricas que decidiram enfrentar o desafio de repensar o Urbanismo de modo coerente com o risco, a incerteza, mas igualmente com as potencialidades que caracterizam nossa época.

Para tanto, aplicaremos uma teoria psicanalítica ao urbanismo para definir esse novo conceito de cidade. Como sabemos, os campos de conhecimento já não são concebidos sob fronteiras, e mais, a prática de fazer passagem do método de uma disciplina para outro é antiga e representa uma história de sucesso na produção intelectual. O que nos interessa é que, contemporaneamente, dada a permeabilidade dos saberes, a psicanálise pode fornecer ferramentas para que o urbanismo articule um conceito de cidade consentâneo com nossa época.

Vamos percorrer os resultados das pesquisas de diversos pensadores do campo do urbanismo (ou que contribuem indiretamente para ele), tanto para mostrar o deslizamento conceitual sofrido pela cidade, quanto para evidenciar que compartilhamos do estado inquietor que configura a atualidade. Quando incluímos pensadores dos campos da filosofia, biologia, ciência da computação, psicanálise, física etc., nossa intenção é tanto mostrar o deslizamento também sofrido pelo conceito de Eu e apresentar formas de raciocínios mais complexas, quanto deixar claro que compartilhamos da perplexidade característica de uma postura reflexiva, que nos parece resumir o estado geral do pensamento contemporâneo.

O que há de fundamentalmente comum a tais investigações, incluindo a nossa, é o fato de serem herdeiras da mesma virada de pensamento ocorrida no século 20, a qual tornou possíveis as tecnologias da comunicação em base micro-eletrônica.<sup>2</sup> Quem se alinha ao trinômio cidade/sociedade/tecnologia formula o urbanismo a partir de noções e de referenciais – informação, comunicação, rede, complexidade, digitalização e seus sucedâneos tecnológicos de grande e pequena escala – tornados possíveis graças às conquistas de gerações de pesquisadores e pensadores que, a partir dos anos 1930, ampliaram o problema do conhecimento com base na ideia de que conhecer é construir. Desde então, porém, essa ideia é entendida e praticada a partir da indeterminação, da indecidibilidade, e da complexidade. Esta é uma linhagem plenamente reconhecida por Manuel Castells, que diz:

No cerne da mudança tecnológica que liberou o poder das redes estava a transformação da informação e das tecnologias da comunicação baseadas na revolução micro-eletrônica que teve lugar nos anos 1940 e 1950. Essa transformação constituiu a fundação de um novo paradigma tecnológico, consolidado nos anos 1970, principalmente nos Estados Unidos, e rapidamente difundido através do mundo, conduzindo ao que caracterizei, de modo descritivo, como a era da informação (CASTELLS (ed.), 2004: 6).

Entendemos que o conceito de cidade, como qualquer conceito, é um produto historicamente construído. É uma ferramenta conceitual que sofre pressões de reformulação a cada momento em que grandes transformações estruturam uma nova época. Entendemos também que um “novo urbanismo” deve levar em consideração a complexidade e a indeterminação. Seguindo essa linhagem, queremos considerar as inflexões que, da geometria como construto artificial ao computador como pensamento material, permitem compreender que os vinte e cinco séculos que qualificaram a arquitetura como um saber e uma técnica da permanência estão cedendo passo a uma arquitetura materialmente líquida (SOLÁ-MORALES, 2002: 126), compatível com a proposição *A cidade sou eu*.

O mundo passou por uma transformação no séc. XX que demonstrou não apenas a ineficácia de qualquer vontade de verdade ou fundamento, como também, e sobretudo, o aspecto “fluido”, “líquido”, comunicacional, não-linear, artificial do conhecimento e do mundo por ele transformado. Os efeitos no campo do urbanismo são palpáveis. A noção de projeto urbano, por exemplo, marcou uma ruptura com as práticas de planejamento urbano comuns do pós-guerra (VIVIANNE, 1998: 62). Buscou-se redefinir a população habitante, restituindo-lhe o papel de agente e dando lugar ao componente cultural ineliminável, que molda os espaços e suas representações sociais (CHRISTELLE, 1998: 109, 111).

A postura teórica e política deixa de ser o *planejar* a partir de objetivos que incluem exigências (funções, densidade, gabarito) e meios prévios de atingi-los, lançando-se ao *como lidar* com situações aqui e agora, para as quais não há parâmetros confiáveis para além de sua reelaboração permanente. Nesse sentido, a formulação da

ideia de “projeto urbano” a partir do final dos anos 1970 e os debates que suscitou coincidem com um momento cultural do Ocidente em que se tomava consciência dos liames de interdependência que vinculavam os acontecimentos naturais, as intervenções humanas, as motivações psicológicas e culturais, com base nos aportes de conhecimentos oriundos da biologia, da ecologia, da cibernética, da antropologia, da física (VIVIANNE, 1998: 98). No final dos anos 90 e no início do novo século, as consequências desse entendimento começam a se fazer sentir.

É sintomático que autores como François Ascher incorporem ao urbanismo as referências trazidas pelas ciências da complexidade, com suas noções de indeterminação e imprevisibilidade, e pela cibernética, com a ideia de *feedback* (ASCHER, 2001). É sintomático que autores como William Mitchell, Manuel Castells e Saskia Sassen abordem o problema da cidade a partir das tecnologias digitais, do espaço dos fluxos, dos mercados eletrônicos e dos “centros” transterritoriais constituídos via telemática. É, por fim, sintomático que essas e outras concepções contemporâneas de cidade sejam unânimes em constatar a relatividade das noções de centralidade (política, administrativa, financeira, territorial) e sua impoção geográfica; de organização (política, administrativa, financeira, territorial) e sua funcionalidade vertical; de planejamento e sua implementação causal *a priori*. Em seu lugar, optam por análises que levam em conta a incerteza, o risco, a imprevisibilidade, a indeterminação e a multiplicidade em um mundo globalizado. A postura torna-se reflexiva, no intuito de incluir a revisão constante das práticas sociais à luz das informações que concernem a essas próprias práticas, num exame permanente das escolhas possíveis, reexaminado-as em função do que se começa a produzir.<sup>3</sup>

No cerne dos estudos que cruzam cidade, arquitetura, meio ambiente, sociedade e tecnologia reside um questionamento do que seja artificialidade como construção e natureza como coisa dada; do que seja sociedade e cultura como produção humana e mundo físico, ao qual, sem se confundir com ele, o homem se integra e transforma. Vários autores contemporâneos já diagnosticaram que não há, com efeito, distinção de natureza entre o dado e o construído, o espontâneo e o industrial, o natural e o cultural.<sup>4</sup> Interessa aqui destacar o aspecto articulatório que constitui qualquer artefato do mundo, seja ele recortado como um dado físico, biológico, cultural ou tecnológico.

O estado atual das discussões do urbanismo, no qual inserimos a hipótese *A cidade sou eu*, alinha-se, assim, às palavras de Gaston Bachelard:

Temos agora menos necessidade de descobrir coisas do que descobrir ideias. A experiência se divide. A simplicidade muda de campo. O que é simples é o maciço, o uniforme. O que é composto é o elemento. A forma elementar se revela polimorfa e cambiante no momento mesmo em que a forma maciça tende para o amorfo. E de repente a unidade cintila.

O que é preciso sacrificar? Nossas grosseiras seguranças pragmáticas, ou bem os novos conhecimentos aleatórios e inúteis? Nada de hesitações: é preciso passar para o lado em que se pensa a mais, em que se experimenta o mais artificialmente, em que as ideias são o menos viscosas, em que a razão gosta de estar em perigo. Se, numa experiência, não pomos em jogo nossa razão, essa experiência não vale a pena ser tentada (BACHELARD, 1972: 8).

O urbanismo é elaborado a partir de diversos campos do pensamento que são aplicados à consideração da cidade. Seus desenvolvimentos e aplicações são sempre, ou quase sempre, tributários de campos como a filosofia, a sociologia, a antropologia etc. Para exemplificar, podemos citar Joseph Rykwert, para quem os urbanistas se dividem em dois grupos: os “cronistas dos grandes movimentos da história” – aqueles que trabalham na linha de Hegel, de Karl Marx a Joseph Alois Schumpeter, até Francis Fukuyama e Jean Baudrillard –, e os “paladinos do livre mercado” (2004: 10-11). Em cada autor, podemos, em última instância, localizar sua fonte de inspiração e doutrina. Mesmo aqueles “paladinos do livre mercado” conhecem muito bem suas fontes doutrinárias.

Encontramos, em diversos autores contemporâneos, a preocupação em re-situar as cidades no novo contexto mundial. Rem Koolhaas, em seu artigo “Qué ha sido del urbanismo?” [“O que aconteceu com o urbanismo?”] (2002), assegura que a noção de cidade sofreu uma distorção sem precedentes e que a urbanização generalizada modificou a condição urbana, tornando-a irreconhecível. Solà-Morales (2002) leva a noção de cidade para além de seus prédios e arquiteturas e afirma que, atualmente, lidamos com cidades que mudaram radicalmente em relação aos tempos pré-industriais

e em relação à cidade grande baseada nos projetos de racionalização enquanto unidade produtiva. Hoje, a megalópolis com que Jean Gottman se preocupava na década de 1960, e as cidades globais de que Saskia Sassen trata nos anos 1990, têm características tão diferentes que a contribuição feita pela arquitetura nesses agregados desconcentrados e altamente conectados está sendo repensada em termos completamente novos. Isso se dá tanto em relação aos parâmetros mediante os quais a arquitetura clássica entendia a atividade arquitetônica, quanto em relação aos princípios e métodos com que a arquitetura moderna procurou repensar as relações entre uma nova arquitetura e uma nova cidade.

A cidade já não se deixa reduzir à grande utopia modernista. Os ideais dos pensamentos tayloristas e fordistas aplicados à cidade – resultando numa economia de escala, programas a longo prazo, projetos de interesse comum e coletivo, repetição e separação das funções urbanas, zoneamentos rígidos e massificação das soluções, entre outros – já foram devidamente criticados. Ascher (2001) fez questão, inclusive, de contrapor a cada uma dessas concepções o que estaria mais de acordo com nossa época, anunciando um neo-urbanismo com características reflexivas, de performance, com flexibilidade, multifuncional, com soluções de equipamentos e serviços individualizados e uma economia da variedade.

O tempo não é mais mensurável somente sob o ponto de vista histórico, cumulativo. Vivemos uma configuração temporal imbricada. Acrescente-se a esse raciocínio que a contração do espaço e do tempo depende da velocidade, a qual não é acessível a todos da mesma forma, de modo que o tempo não é igual para todos. Do mesmo modo, o conceito de espaço se transformou. Utilizamos diariamente um espaço não euclidiano: o espaço de diversas práticas compartilhadas por cidadãos passa a estar também na eletrônica.

O espaço é um conceito que, como tal, é produzido de acordo com os sintomas de uma época. Ao longo da história do homem, esse conceito modifica-se e modifica a visão de mundo.<sup>5</sup> A concepção de arquitetura e urbanismo está estreitamente vinculada à concepção de espaço. O espaço, enquanto suporte material de práticas sociais, adquiriu a característica de poder se transformar continuamente através da flexibilidade de sua utilização, da simultaneidade de seus usos e significados, da justaposição de

informações. Essa maleabilidade de transformação, efemeridade e transitoriedade confere um caráter fluido, movente, indiferenciante para o espaço urbano contemporâneo.

Se considerarmos, também, como dado para o entendimento da questão, a utilização plena do espaço virtual que é, ao mesmo tempo, público e privado, local e global, atópico e de outra geometria, podemos dizer que a cidade – como o local de troca, de comunicação, de interação, de moradia, de trabalho – está potencialmente em qualquer lugar. Os espaços e suas funcionalidades estão disseminados por toda parte. Essa subversão dos usos dos espaços e essa multiplicação das possibilidades de conexão constituem uma nova realidade. Isso sem entrarmos no mérito do já banalizado conceito de *cidade virtual*, tema de revista,<sup>6</sup> livro<sup>7</sup> e que designa tanto a *Netrópolis* – a maior metrópole do mundo: a rede que une computadores de todo o globo –, quanto as cidades com base na World Wide Web, que funcionam como ferramenta política para diferentes objetivos urbanos: marketing urbano global, incentivo ao turismo e negócios, comunicação entre cidadãos e governo local, comércio etc. (GRAHAM & MARVIN, 1996).

Algumas dessas articulações vêm sendo trabalhadas há algum tempo. Na década de 1960, McLuhan afirmava que

o espaço urbano é igualmente irrelevante para o telefone, o telégrafo, o rádio e a televisão. O que os urbanistas chamam de “escala humana”, ao discutir os espaços urbanos, está desligado dessas formas elétricas. As extensões elétricas de nós mesmos simplesmente contornam o espaço e o tempo, criando problemas sem precedentes de organização e envolvimento humanos (2003: 125).

O autor vai mais longe ao definir que os homens passaram a ser nômades, informados e envolvidos num processo social total como nunca e que, com a eletricidade, temos a “extensão do nosso sistema nervoso central globalmente, inter-relacionando instantaneamente toda a experiência humana” (MCLUHAN, 2007: 401-402).

É fato que vivemos uma época de habitantes de entorno eletrônico. Nossas ações no espaço físico estão associadas às nossas ações no ciberespaço. As edificações estão incorporando sistemas nervosos artificiais, sensores, telas e equipamentos controlados

por computador. Diversos sistemas eletrônicos têm um papel cada vez mais importante no atendimento das necessidades de seus moradores. Os satélites de comunicação geoestacionários e os sistemas globais dos satélites LEO (do inglês Low Earth Orbit, sistema que cobre a Terra uniformemente) cobrem grandes extensões de terra e mar, transformando a superfície do planeta em um lugar inteligente de cobertura total. Essa proliferação de espaços inteligentes produzirá um novo tipo de tecido urbano e reformará radicalmente nossas cidades (MITCHELL, 2001: 74).

Nossa suposição é que, para um entendimento amplo, capaz de considerar as diferentes contribuições das novas conceituações de cidade e sua arqui-tectonia, é necessário um deslocamento radical para conceitos de base mais próximos de uma *topologia* do que de uma geometria euclidiana (com a idealidade e rigidez das formas e as oposições do sistema – dentro/fora, esquerdo/direito etc.). Quando projetamos e construímos um edifício ou uma avenida, temos obrigatoriamente que estar subditos à lógica euclidiana, para que aquela estrutura permaneça de pé e em funcionamento. Por outro lado, quando queremos entender o funcionamento da sociedade em rede ou da cidade digital ou da cidade informacional, temos obrigatoriamente que estar subditos à lógica da topologia, para que aquela estrutura ganhe sentido e permaneça em funcionamento.

O espaço topológico, tema que será desenvolvido em outro capítulo, suspende a rígida lógica dualista e idealista do espaço euclidiano, pois estuda concretamente os aspectos qualitativos das formas espaciais ou de suas leis de conexão. Essa nova mentalidade, em matemática e alhures, abriu, no século XX, um rico campo de investigação, aplicação e metaforização, ao disponibilizar raciocínios cada vez mais abstratos (no sentido de amplos, refinados e inclusivos) de unilateralidade,<sup>8</sup> inclusão e transformação. Essa indicação já foi feita com muita clareza por Virilio, quando se referiu a uma nova visão de mundo, do tempo, da imediatez, da ubiquidade e da instantaneidade e que isso se expressa na arquitetura, com o fim da ortogonalidade e com a “topologização” da vida (2001: 7). Podemos, desse modo, utilizar o raciocínio topológico como nossa referência conceitual de espaço e base para o entendimento cada vez mais complexo dos conceitos de cidade<sup>9</sup> que, daqui por diante, não deverão se restringir mais à geografia ou à geometria euclidiana.

A topologia é adequada para o desenvolvimento do presente estudo porque obedece a um raciocínio lógico, segundo o qual a unilateralidade substitui a bilateralidade, dissolve a oposição euclidiana e, portanto, inclui a flexibilidade e a mudança sem as rupturas que ocorrem na prática do dia a dia. Trata-se, pois, de um início para o entendimento da relativização dos usos e funções tão evidentes na cidade contemporânea. Possibilita, assim, o entendimento da permeabilidade entre conceitos já considerados antagônicos ou diferentes e que atualmente estão relativizados em decorrência do uso do espaço, da utilização das tecnologias, da inclusão da velocidade como fator determinante da distância, da hiper mobilidade de bens, pessoas e informações, da ubiquidade gerada pela comunicação à distância em tempo real ou não. Entre diversos outros conceitos, podemos destacar os seguintes: espaço público e privado, dentro e fora, perto e longe, global e local, moradia e trabalho, real e virtual, pessoa e cidade. Há, portanto, multifuncionalidade, polimorfismo, passagem e reversibilidade nas formas urbanas. É caminho, também, para demonstrar que não existe “fora” nesse raciocínio e que “eu” e “cidade” são partes do mesmo conceito.

É incontestável que, para expressar nossa realidade, não podemos mais recorrer ao conceito de cidade tal como entendida historicamente. Basta ver a enorme quantidade de neologismos utilizados pelos autores contemporâneos – Ecstacity, cidade nodal, cidade informacional, cidade dos bits, e-topia, metápole etc. – como tentativa de situar a cidade dentro das modificações vigentes. É evidente, porém, que o processo de explosão semântica e conceitual da ideia de cidade é correlato ao processo de descentralização e fragmentação da noção de “Eu”, de “ser” urbano. Do mesmo modo, basta ver, também, a quantidade de novos termos utilizados por autores contemporâneos – pós-orgânico, pós-humano, pós-biológico, ciborgue etc. – para situar a noção de homem.

Dadas as enormes transformações em todos os campos, associadas às facilidades geradas pelas técnicas, num ambiente planetário que funciona em rede, para definirmos a cidade, devemos definir o que seja a Pessoa. Sob a perspectiva topológica, como veremos no decorrer deste trabalho, os lugares constituídos se confundem com as pessoas. Quando pensados mediante sua qualidade de rede de interações, os lugares se deslocam com o deslocamento das pessoas. Por exemplo, onde fica a sede do governo

americano? Se pensarmos na Casa Branca, com certeza estaremos nos equivocando, já que ela está onde o presidente dos Estados Unidos, com sua rede política, estiver. Quando ele (pessoa física e jurídica) se desloca, o centro de poder se desloca com ele, todas as conexões de poder se deslocam junto.

Isso se aplica, em diferentes escalas, a qualquer pessoa. Outro bom exemplo dessa situação, dado por Manuel Castells, é o teletrabalho móvel como modelo de trabalho que está se instalando. Esse modelo considera o trabalhador como nômade, que executa seu trabalho através de contato com o escritório, via telefone celular, internet, fax, enquanto está em viagem, em visita a clientes ou em seu percurso corriqueiro, estabelecendo, assim, o conceito do “escritório em movimento” (CASTELLS, 2003: 192). É o escritório (considerado um lugar, espaço físico geograficamente localizável) que se movimenta com o deslocamento do trabalhador. Isso abre a perspectiva de que podemos pensar que, contemporaneamente, *os lugares podem se deslocar com os deslocamentos das pessoas*.

Nesse raciocínio não há excluídos, todos são incluídos. No caso de um cidadão que se defronta com condições de subsistência extremamente precárias, podemos dizer que a cidade que ele é carece de todo tipo de recurso. O morador da favela da Rocinha, situada geograficamente no bairro de São Conrado, da cidade do Rio de Janeiro, seguramente não participa da mesma cidade dos habitantes do nobre bairro de São Conrado. Ele está geograficamente lá, no entanto ele não tem o alcance urbano de sua “vizinhança”.

Partindo de que o conceito de cidade, de urbano, saiu dos lugares geométricos e geográficos, e de que é preciso definir a pessoa para definir a cidade que ela é e vice-versa, buscaremos o esclarecimento do “Eu” em questão, segundo a teoria de base psicanalítica denominada Nova Psicanálise.

O que pretendemos elaborar ao longo deste estudo é a ideia de que *qualquer* cidadão, *qualquer* Pessoa, pode dizer *A Cidade Sou Eu*.

# estrutura geral do livro

Em termos gerais, a estrutura geral deste livro segue o seguinte esquema:

